

Planejamento da política para a educação especial nos Planos de Ações Articuladas (PAR) de municípios sul-mato-grossenses

Planning the policy for special education within the Articulated Action Plan (PAR) in the municipalities of Mato Grosso do Sul

Jassonia Lima Vasconcelos Paccini*

Nesdete Mesquita Corrêa**

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sob a orientação da Profa. Dra. Regina T. C. Oliveira. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *Campus* de Paranaíba.

E-mail: jassonia_paccini@hotmail.com

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/UFMS), sob a orientação da Profa. Dra. Mônica de C. M. Kassar. Docente do Centro de Ciências Humanas e Sociais/CCHS/UFMS, em Campo Grande.

E-mail: nesdete@ig.com.br

Resumo

Este estudo discute as ações da educação especial previstas no Plano de Ações Articuladas (PAR) de quatro municípios do estado de Mato Grosso do Sul (MS), no período de 2007 a 2010. A investigação baseou-se em fontes documentais elaboradas nesse período, em particular o Plano Plurianual (2008-2011) do governo federal, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Síntese do PAR dos municípios sul-mato-grossenses, destacando-se as ações relativas à educação especial. Os resultados evidenciam que a formação de professores e de profissionais de serviços de apoio escolar e a infraestrutura física e recursos pedagógicos são ações comuns de demanda no PAR dos municípios pesquisados, foco de investimento no planejamento da política educacional para a educação especial. Tais ações apresentam consonância com os programas e planos de governo.

Palavras-chave

Política Educacional. Plano de Ações Articuladas. Ações da Educação Especial.

Abstract

This paper discusses the actions regarding special education included in the Articulated Action Plan (PAR) in four municipalities in the state of Mato Grosso do Sul (MS), from 2007 to 2010. The investigation was based on documents written during the period, especially the federal government's Multiannual

Plan (2008-2011), the Education Development Plan (PDE) and the Synthesis of PAR in the municipalities of Mato Grosso do Sul, highlighting the actions regarding special education. The results show that the formation of teachers and school support service professionals, as well as the physical infrastructure and learning resources are common actions demanded in the PAR of the municipalities surveyed, a focus of investments in the special education policy planning. Such actions are consistent with the Government's programs and plans.

Key words

Educational Policy. Articulated Action Plan. Special Education Actions.

Introdução

Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa, que teve como objetivo investigar as demandas de ações para a educação especial apontadas pelo diagnóstico dos Planos de Ações Articuladas (PAR) 2007-2011, dos municípios sul-mato-grossenses de Corumbá, Coxim, Dourados e Ponta Porã.

Nos últimos anos, com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o Brasil tem passado por uma organização no planejamento das políticas públicas, sendo que para o financiamento de todas as ações são elaborados planos plurianuais que têm previsão de quatro anos. Inseridas na pasta do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, as ações e metas do PAC¹ têm como objetivos acelerar o ritmo

de crescimento da economia, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, como instrumento para diminuir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 2007d).

Assim sendo, o PAR constitui uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, pelo governo federal. Nesse contexto, a política educacional se organiza através do PDE/PAR, e a educação especial, como parte integrante dela, no âmbito do conjunto de outros programas que formataram a política de educação inclusiva no Brasil, na segunda gestão do governo Lula (2006-2010).

obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento" (BRASIL, 2007a, p. 19). O PAC é coordenado pelo Comitê Gestor do PAC (CGPAC), composto pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, como também pelo Grupo Executivo do PAC (Gepac), integrado pela Subchefia de Articulação e Monitoramento (Casa Civil), Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (Planejamento), além da Secretaria Nacional do Tesouro (Fazenda). O CGPAC visa estabelecer metas e acompanhar a implementação do PAC. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/gestao-do-pac>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

¹ O PAC 2007-2010 lançado em janeiro de 2007 pelo Governo Federal tem como objetivos formais acelerar o crescimento econômico do país, aumentar o emprego e melhorar as condições de vida da população brasileira. Para atingir seus objetivos, o documento que o oficializa explicita que "o PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover

De acordo com Mendes (2010):

[...] O termo 'educação inclusiva' foi uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado 'Inclusão Social', que é proposto como um novo paradigma, que implicaria na construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos. [...]. (MENDES, 2010, p. 22).

Todavia Bueno (2008, p. 49) define educação inclusiva como “[...] um objetivo político a ser alcançado [...]” observando que o termo se difere de inclusão escolar na medida em que essa última “[...] refere-se a uma proposição política em ação, de incorporação de alunos que tradicionalmente têm sido excluídos da escola [...]”.

Neste estudo, a escolha dos municípios indicados justifica-se em decorrência de eles integrarem o Projeto de Pesquisa “Gestão das Políticas Educacionais: o Plano de Ações Articuladas (PAR) em Municípios Sul-Mato-Grossenses”², desenvolvido em

² Projeto em rede com apoio do CNPq, que articula pesquisadores das seguintes instituições de ensino superior de Mato Grosso do Sul: Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande e campus do Pantanal; Universidade da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), sob a coordenação da Professora Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira (UCDB). Vincula-se a pesquisa nacional denominada “Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR)”, desenvolvida

rede, por pesquisadores de quatro universidades de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, buscou-se desenvolver uma análise mais detalhada sobre as ações voltadas para a educação especial, no PAR, dos respectivos municípios, bem como compreender a dimensão e a forma de envolvimento de cada município com o planejamento da política da educação especial.

O procedimento metodológico adotado nesta fase da investigação foi a análise documental, tendo como referência o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 (BRASIL, 2007a) da segunda gestão do governo Lula da Silva (2007-2010), o PDE e os PARs dos municípios sul-mato-grossenses selecionados para o estudo, alusivos ao período de 2007 a 2010, com foco nas ações da educação especial.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEE-EI), de 2008, entende-se por educação especial a “modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008, p. 10). A educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos

com a participação de pesquisadores e estudantes de diferentes universidades brasileiras, sob a coordenação da Professora Dra. Marília Fonseca (UnB).

alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse documento ressalta que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos. E que o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008).

Cabe destacar que as políticas públicas de educação especial coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC) ficaram a cargo da Secretaria de Educação Especial (Seesp), desde 1992, sendo incorporadas, a partir de 2011³, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, inicialmente, abordou-se, sobre o PPA (2008-2011), PDE e PAR (2007-2010) e, na sequência, foram apresentados os desdobramentos para a educação especial nos municípios em referência.

O PPA e a política educacional brasileira

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, determina ao Poder Executivo instituir os planos plurianuais. O PPA como instrumento de planejamento, organiza os principais objetivos, diretrizes e metas da Administração Pública Federal para o período de quatro anos. Esse planejamento inclui recursos orçamentários e não orçamentários e deve orientar os demais planos e programas nacionais, regionais e setoriais. PPA é, pois, um

[...] instrumento de planejamento mediador entre o planejamento de longo prazo e os orçamentos anuais que consolidam a alocação dos recursos públicos a cada exercício. (BRASIL, 2007c, p. 40).

De acordo com os textos dos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a educação é apontada como um instrumento de promoção da cidadania e como um dos meios para atingir a inclusão social. Nesse sentido, esse governo prevê, em seus Planos, o desenvolvimento de relações plurais e democráticas, baseadas na equidade, com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social, sem preconceitos de raça, etnia e discriminação às pessoas com deficiência. Para o governo “a inclusão social efetiva passa pelo fortalecimento da cidadania e difusão do reconhecimento e respeito aos direitos humanos” (BRASIL, 2007a, p. 14).

Pode-se dizer que a gestão do governo Lula da Silva foi marcada por

³ Decreto n. 7.480, de 16 de maio de 2011, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do grupo – direção e assessoramento superiores (DAS) e das funções gratificadas do ministério da educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão (BRASIL, 2011).

políticas e programas voltados à promoção da inclusão social e educacional, em especial aos que se encontra em situação de desvantagem. O combate às desigualdades econômicas e sociais é entendido pelo governo como condição necessária para garantir a todos os brasileiros o *status* de cidadãos realmente iguais perante o Estado. Na ótica do governo, o “Estado tem um papel decisivo, como condutor do desenvolvimento social e regional e como indutor do crescimento econômico” (BRASIL, 2003, p. 15).

Alinhado ao discurso do governo, a partir de 2003, o MEC define a inclusão social como um eixo estratégico de sua política educacional. Nessa perspectiva, na primeira gestão do governo Lula (2003-2006), foi lançado em 2003 o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com o objetivo de “formar gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos”, tendo como princípio a “garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares” (BRASIL, 2005, p. 9-10). Nesse período o programa estava inserido no Projeto Plurianual de Implementação da Educação Inclusiva: acesso e qualidade para todos os municípios brasileiros, pois como afirmou Kassar (2011, p. 1):

Nos últimos anos, muitos educadores de escolas públicas brasileiras têm se surpreendido com a presença de alunos com deficiências matriculados em suas turmas, em diferentes níveis de ensino. Essa situação é resultante

de uma política denominada de educação inclusiva, que tem sido implantada explicitamente desde 2003.

No sentido de impulsionar a estratégia de desenvolvimento escolhida, na sua segunda gestão o governo Lula (2007-2010), no contexto do PAC, trouxe como uma das prioridades do seu governo o PDE. O PDE foi lançado pelo MEC, em 24 de abril de 2007, integrando um conjunto de programas e iniciativas articuladas para dar organicidade ao sistema educativo nacional, cuja prioridade expressa pelo plano foi a “melhoria da educação” (BRASIL, 2007c).

Assim, a partir de 2007, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade foi inserido ao PAR, integrante do PDE, como instrumento de política de educação inclusiva para a educação básica. À época, o referido programa fazia parte do conjunto de ações desenvolvidas pelo MEC, por meio da então SEESP, com o propósito de disseminar e apoiar o processo de implementação das políticas de educação inclusiva em todos os estados, municípios e Distrito Federal.

O programa foi desenvolvido em âmbito nacional, durante o governo Lula (2003-2010), envolvendo a participação dos entes federados na sua implementação. Conforme documento orientador do MEC (BRASIL, 2005), o programa teve início no ano de 2003, em Brasília, no I Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores para os dirigentes de educação especial dos 26 Estados, do Distrito Federal e 106 municípios, denominados de municípios-polo do programa, que atuariam

como multiplicadores para os municípios da sua área de abrangência. Trata-se de um programa de formação de gestores e educadores, que são capacitados em seminários nacionais e, posteriormente, esses representantes dos municípios-pólo multiplicam a mesma experiência para a sua área de abrangência.

O programa foi desenvolvido nos municípios-polo, com apoio técnico financeiro da União, por meio de cursos anuais que ocorriam em uma única ação presencial, com carga horária de 40 horas, com materiais e eixos temáticos definidos pelo MEC, por meio da então Seesp (BRASIL, 2005), sendo desenvolvido em Mato Grosso do Sul⁴ em cinco municípios-polo: Campo Grande (região central do estado), Corumbá (região oeste), Coxim (região norte), Dourados (região sul) e Paranaíba (região leste).

Em consonância com as orientações do programa, os municípios-polo do MS atuaram como multiplicadores para os municípios da sua área de abrangência. As ações do programa contemplaram os 78 municípios do estado (BRASIL, 2005).

O PPA (2008-2011) denominado “Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade”, da segunda

gestão do referido governo (2007-2010), “articula e integra as principais políticas para o alcance dos objetivos de governo e dá continuidade à estratégia de desenvolvimento de longo prazo inaugurado no PPA 2004-2007” (BRASIL, 2007a, p. 13).

As ações do PPA (2008-2011) estão organizadas em três eixos: 1) crescimento econômico, 2) agenda social e 3) educação de qualidade. O Plano estabelece prioridade para a infraestrutura econômica e social, reforçando a recente tomada de crescimento econômico do país. Para tanto, no PPA, a educação representa um objetivo estratégico sem o qual o projeto de desenvolvimento nacional em curso não se viabiliza. Entende-se que a educação impacta simultaneamente na equidade social, no desempenho do cidadão e na competitividade econômica (BRASIL, 2007a).

De acordo com o documento oficial (BRASIL, 2007c), “a relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando seus efeitos múltiplos” (BRASIL, 2007c, p. 7). Segundo os princípios e razões do PDE, não há como construir uma sociedade livre, justa, e alcançar um desenvolvimento nacional sem a construção da unidade dos sistemas educacionais, pautada pela autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade. Assim, a “razão de ser do PDE, está precisamente na necessidade de enfrentar de forma estrutural a desigualdade de oportunidades educacionais. Reduzir desigualdades sociais e regionais, na educação, exige pensá-la no plano do País” (BRASIL, 2007c, p. 6).

⁴ O estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977, com a divisão do estado de Mato Grosso e, em 1979, instalado o seu governo estadual tendo como capital, Campo Grande, localizado na região Centro-Oeste, possui num território de 357.145,836 km², com uma população 2.449.024 habitantes, com densidade demográfica de 6,86 (hab/km²), distribuídos em 78 Municípios com economia baseada, principalmente, na pecuária e agricultura. Disponível em: <www.ibge.br>. Acesso em: 09 jul. 2011.

A proposição do PDE teve o intuito de abarcar de forma articulada e sistêmica a política educacional brasileira, visando minimizar as desigualdades de oportunidade educacionais prementes no país, inclusive para as pessoas com deficiência. Todavia o Plano recebeu críticas de diversos autores ligados à defesa da escola pública (SAVIANI, 2007; CURY, 2007; OLIVEIRA, 2007), com destaque para o fato de a sua formulação ser paralela ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2011 (SAVIANI, 2007, 2009).

O autor destaca que a recepção favorável que o plano teve por parte da opinião pública, se deve especialmente ao foco na “melhoria da qualidade do ensino”, que segundo o autor:

O que se busca com o PDE é corrigir as distorções dando efetividade ao desejável processo de municipalização [...] ele o município como território privilegiado [...] institui o PAR, visando responsabilizar principalmente os gestores municipais pela qualidade do ensino, assegurando-se apoio técnico e financeiro da União [...]. (SAVIANI, 2009, p. 24).

No sentido de superar tal desafio, os propósitos do PDE, segundo esse documento, tomam o regime de colaboração dos entes federados como um “imperativo inexorável”. Isso “significa compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação” (BRASIL, 2007c, p. 10-11). Assim, para a implementação do PDE foi instituído pelo Decreto n. 6.094/2007, o Plano de Metas

Compromisso Todos pela Educação⁵, que no art. 1º, estabelece a conjugação dos esforços entre União, Estados e Municípios com vistas à “melhoria da qualidade” da educação básica (BRASIL, 2007b). Entre outras medidas, o Plano estabelece metas para o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (BRASIL, 2007b).

Entre outras medidas, esse Plano estabelece metas para o acesso e permanência no ensino regular e para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) (BRASIL, 2008, p. 5).

Para receber o apoio técnico e financeiro da União, por meio do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os estados, o Distrito Federal e os municípios vinculam-se à adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e devem elaborar

⁵ Segundo *site* do MEC, os 26 estados, o Distrito Federal e os 5.561 municípios assinaram o Termo de adesão ao Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2010.

seus respectivos PARs por meio da apresentação de suas demandas, concebido como um planejamento estratégico para contribuir com a qualidade da educação básica⁶. Cada município, a partir do diagnóstico da realidade local, ao elaborar o PAR, descreve suas demandas, prioridades e o tipo de apoio de que necessita, ao detalhar um conjunto de ações, e o MEC, por sua vez, presta apoio técnico ou financeiro, adequando-as principalmente à necessidade dos municípios que apresentam menores índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB)⁷. Assim, por esses

instrumentos, os gestores municipais se comprometem a promover um conjunto de ações no campo educacional, responsabilizando-se pelo alcance das metas estabelecidas no âmbito federal (ADRIÃO; GARCIA, 2008, p. 779).

Cumprir destacar que o PAR é um plano plurianual para quatro anos, que deve ser construído com a participação dos gestores e educadores locais, baseado em diagnóstico de caráter participativo e elaborado com base na utilização do Instrumento de Avaliação de Campo que permite a análise compartilhada do sistema educacional orientado a partir das seguintes dimensões: 1) gestão educacional; 2) formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; 3) práticas pedagógicas e avaliação e, 4) infraestrutura física e recursos pedagógicos (BRASIL, 2007c). Cada dimensão é composta por áreas de atuação e cada área apresenta indicadores específicos. Esses indicadores são pontuados segundo a descrição de critérios correspondentes a quatro níveis.

O PDE, ao ser apresentado como plano executivo, constitui-se por mais de 40 programas e 52 ações que abrangem todas as áreas de atuação do MEC, passando todos os níveis e modalidades de ensino, organizado em quatro eixos de

⁶ O Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, define, no artigo 3º, que a “qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil)”. O parágrafo único do referido artigo define que o Ideb será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento das metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007b).

⁷ Em 2007, IDEB. O indicador, que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. O IDEB calculado para o país, relativo aos anos iniciais do ensino fundamental, foi de 3,8 pontos em 2005, chegando a 4,6 pontos em 2009. Para os anos finais do ensino fundamental, a evolução foi de 3,5 pontos em 2005, para 4,0 pontos em 2009. Já com relação ao ensino médio, passou-se de 3,4 pontos em 2005 para 3,6 pontos em 2009.

O objetivo do MEC o é atingir o índice de 6,0 até 2022, na primeira fase do ensino fundamental, mesmo patamar educacional da média dos países desenvolvidos integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 10 maio. 2010.

ação: 1) educação básica; 2) alfabetização e educação continuada; 3) ensino profissional e tecnologia; 4) ensino superior (BRASIL, 2007c). Das 52 ações do PDE, quatro estão diretamente relacionadas à educação especial:

Quadro 1 – Programas da Educação Especial presentes no Plano de Desenvolvimento da Educação (2007).

Programa	Especificação
1) Programa de formação continuada de professores na educação especial.	Tem como objetivo apoiar os sistemas de ensino na formação continuada de professores, com a oferta de cursos (aperfeiçoamento e especialização) na modalidade a distância pelas instituições públicas de educação superior, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).
2) Programa de implantação de salas de recursos multifuncionais	Criado em 2005 e instituído como programa, no âmbito do PDE/2007, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR). As Salas de Recursos Multifuncionais constituem-se em espaços para a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos que requerem atendimento da educação especial.
3) Programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social – Programa BPC na Escola.	Objetiva realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, mediante o pareamento de dados dos beneficiários do BPC com a matrícula no Censo Escolar (índices de acesso e de exclusão escolar).
4) Programa incluir: acessibilidade na educação superior.	Criado em 2005 e instituído no âmbito do PDE/2007, é implementado em parceria com a Secretaria de Educação Superior, objetiva promover a acessibilidade nas instituições federais de educação, garantindo condições de acesso e participação às pessoas com deficiência, por meio da criação e consolidação de núcleos de acessibilidade.

Fonte: Brasil (2007c).

Diante do exposto, considerando-se que os municípios ao aderirem ao “Compromisso Todos pela Educação” devem a partir do diagnóstico, elaborar o PAR por meio da apresentação de suas demandas, expõem-se na sequência deste artigo as dimensões e áreas apontadas no PAR, sendo aqui destacados os indicadores para a educação especial dos quatro municípios sul-mato-grossenses, em evidência neste estudo.

2 O PAR em municípios sul-mato-grossenses: ações para a educação especial

Em 2007, do total de 78 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, 63 estavam com o índice abaixo de 4.0. Esse fato os levou a assinar o Termo de Adesão e

dar início a elaboração do PAR (OLIVEIRA; SENNA, 2011).

A seleção dos municípios para análise da execução do PAR atendeu aos seguintes critérios: quatro municípios do estado de Mato Grosso do Sul, que apresentam IDEB nos anos finais do ensino fundamental (abaixo de 4,2) e que se localizam nas diferentes regiões do estado, conforme critério e caracterização dos municípios: a) Acima de 100 mil habitantes (aproximadamente) com continuidade do governo municipal; b) Abaixo de 50 mil habitantes com mudanças na condução do governo municipal; c) Acima de 100 mil habitantes com mudança no governo municipal; d) Acima de 50 mil habitantes com continuidade do governo municipal (OLIVEIRA; SENNA, 2011)⁸, respectivamente.

⁸ Fonte: Disponível em: <www.ibge.br> e <www.inep.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2010.

Quadro 2 – Caracterização dos municípios de Mato Grosso do Sul (MS)

Critério	Município	População estimada 2007/IBGE	Ideb Anos Finais	Caracterização geral
Acima de 50 mil habitantes com continuidade do governo municipal	Ponta Porã	72.207 habitantes 380ª cidade brasileira	3,7	Município do oeste do estado, situado na fronteira com o Paraguai. Sua população estimada em 2009 (IBGE) é de 75.941 habitantes. Seu IDH é de 0,780, estando em 9ª lugar no <i>ranking</i> do estado nesse índice.
Abaixo de 50 mil habitantes com mudança do governo municipal	Coxim	31.816 habitantes 922ª cidade brasileira	3,3	Município situado na região norte do Estado. Sua população estimada em 2009 é de 32.933 habitantes. Seu IDH é de 0,78, estando em 10ª lugar no <i>ranking</i> do estado nesse índice.
Acima de 100 mil habitantes (aproximadamente) com continuidade do governo municipal	Corumbá	96. 373 habitantes 279ª cidade brasileira	3,0	Município localizado no noroeste do estado, fronteira com a Bolívia. Sua população estimada em 2009 é de 99.467 habitantes (IBGE). Seu IDH é 0,771, estando em 16º lugar no <i>ranking</i> do estado nesse índice.
Acima de 100 mil habitantes com mudança no governo municipal	Dourados	181. 869 habitantes 139ª cidade brasileira	3,5	Município localizado ao sul do estado. Sua população estimada em 2009 é de 189.762 habitantes (IBGE). Seu IDH é 0,788, estando em 5ª lugar no <i>ranking</i> do estado nesse índice.

Fonte: Oliveira e Scaff (2012).

Vale destacar que, dos quatro municípios investigados neste estudo, três são municípios-polo do “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, ou seja: Corumbá, Coxim e Dourados. Como men-

cionado anteriormente, a partir do seu diagnóstico, cada um desses municípios elaborou o PAR, cujas demandas referentes à educação especial estão registradas na sequência deste artigo.

No PAR são previstas quatro dimensões. Cada dimensão divide-se em áreas que se desdobram em indicadores que,

por sua vez, expressam algum aspecto da realidade a ser observada, medida e avaliada, conforme apresentado no quadro 3.

Quadro 3 – Dimensões e Áreas do PAR

Dimensões	Áreas
<p>1) Gestão educacional – apresenta vinte indicadores nas seguintes áreas:</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino. 2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria das condições de qualidade da educação, assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada. 3. Comunicação com a Sociedade. 4. Suficiência e estabilidade da equipe escolar. 5. Gestão de Finanças.
<p>2) Formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar – composta por dez indicadores também divididos em cinco áreas:</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação inicial de Professores da Educação Básica. 2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica. 3. Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas. 4. Formação inicial e continuada de professores da Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03. 5. Formação do Profissional de Serviços e apoio Escolar.
<p>3) Práticas pedagógicas e avaliação – constituída por oito indicadores em duas áreas, respectivamente:</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração e Organização das práticas pedagógicas. 2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.
<p>4) Infraestrutura física e recursos pedagógicos – formada por catorze indicadores nas três áreas:</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instalações físicas gerais. 2. Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública. 3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais.

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Educação. Orientações gerais para a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios (Versão revisada e ampliada) (BRASIL, 2009, p. 15-17, grifos nossos).

No PAR do município de Corumbá, a ênfase da demanda da educação especial está voltada para duas dimensões (2 e 4): na dimensão 2 – “Formação de professores e de profissionais de serviços de apoio escolar”, na Área – “Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas”, por meio do Indicador 1 – “Qualificação dos professores que atuam em educação especial”; na dimensão 4 – “Infraestrutura física e recursos pedagógicos”, na Área – “Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais” com três indicadores, quais sejam: Indicador 1 – “Biblioteca: instalações e espaço físico, com padrões de acessibilidade”, o Indicador 4 – “Existência e utilização de recursos pedagógicos que considerem a diversidade racial, cultural, de pessoas com deficiência” e o Indicador 6 – “Condições de acesso para pessoas com deficiência física”, com critério/pontuação 1 – “Quando as instalações da biblioteca são totalmente inadequadas para o acervo e para realização de estudos. Ou quando não existe biblioteca”, com a justificativa de que apenas “Duas escolas da rede possuem bibliotecas” (CORUMBÁ, 2007).

Destaca-se que, na dimensão 2, especificamente na Área 3 – “Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas”, em que foi definido o critério “Quando menos de 50% dos professores

que atuam em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas participam ou participaram de cursos com formação específica para atuação nestas modalidades”, sob a justificativa de que “a descrição atende plenamente o critério”, porém, aponta modificação na pontuação de “não se aplica” para a “pontuação 2”, para que a então Seesp, pudesse criar a subação de programa educação inclusiva, o que indica a atuação do poder público municipal no sentido de induzir metas para o desenvolvimento da política da educação especial local.

No PAR do município de Coxim, da mesma forma que no município de Corumbá, o foco da demanda da educação especial se manteve nas dimensões 2 e 4, porém na dimensão 2 e Área “Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas”, tangenciou para o Indicador 3, ou seja, “Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas”, justificando que “Alguns professores que atuam na Rede ainda não foram capacitados em cursos específicos”. Registra-se também a presença da dimensão 3 – “Práticas Pedagógicas e Avaliação”, na Área 2 – “Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem”, por meio do Indicador 2 – “Utilização do tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem”,

com a justificativa de que “As escolas não oferecem aulas de reforço” (COXIM, 2007).

Em relação ao município de Dourados, o PAR desse município apresentou maior número de ações para a educação especial, abrangendo as quatro dimensões. Na dimensão 1 – “Gestão educacional”, na Área 2 – “Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada”, ficou evidenciado o Indicador 2 – “Existência de atividades no contraturno no sentido de implementar o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação”, apresentando como justificativa que “Menos de 50% das escolas oferecem atividades no contraturno, e quando oferecidas são monitoradas por professores, coordenadores e monitores”. Quanto à dimensão 2 – “Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar”, na Área 3 – “Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas”, apontou o Indicador 1 – “Qualificação dos professores que atuam em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas”, sob a justificativa de que “Existe uma política de formação, mas não contempla todos os professores, por falta de recursos”. A dimensão 3 – “Práticas Pedagógicas e Avaliação”, Área 2 – “Avaliação da aprendizagem dos

alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem”, manteve o Indicador 2, o mesmo definido pelo município de Coxim, isto é, “Utilização do tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem”, porém as ações também abrangem alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, sob a justificativa de que “Não há programas para assistência aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem”. Na dimensão 4 – seus indicadores são os mesmos apresentados pelo município de Corumbá (1, 4, 6), na Área “Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais”, com as seguintes justificativas: “Existe um percentual mínimo de bibliotecas adequadas” e “Existe um planejamento que minimamente atende as necessidades das pessoas com deficiência”, e apresenta como subação a “Adequação dos espaços escolares para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida” (DOURADOS, 2007). Vale ressaltar que os indicadores apresentados pelo PAR desse município evidenciam, nas quatro dimensões, ações explícitas para a educação especial, no planejamento da política educacional.

O município de Ponta Porã, por seu lado, apresentou perfil do PAR semelhante ao de Dourados com ênfase nas quatro dimensões. Todavia, na dimensão 4 – “Infraestrutura física e recursos pedagógicos” apresentou na Área 1 – “Instalações físicas

gerais” apenas dois indicadores: o Indicador 1 “Biblioteca: instalações e espaço físico”, apresentando a justificativa de que “Não existe biblioteca nas 25 escolas da rede, 4 CEINFs e 7 extensões” . Com isso o resultado esperado pelo município é a “adequação ou construção de instalações da biblioteca, adotando os padrões mínimos e a acessibilidade”. E o Indicador 6 “Condições de acesso para pessoas com deficiência física”, no sentido de “Incluir como componente da política educacional, a adequação dos espaços escolares às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida” (PONTA PORÃ, 2007).

Considerações finais

Na análise das ações para a educação especial nos PARs dos quatro municípios sul-mato-grossenses, ficou evidenciado que a Formação de professores e de profissionais de serviços de apoio escolar e a infraestrutura física e recursos pedagógicos são pontos comuns de demanda no PAR dos municípios, o que leva a inferir que, para o desenvolvimento das ações destinadas para a educação especial desenhada numa “perspectiva inclusiva”, ou seja, uma educação para todos, tais dimensões foram o foco de investimento no planejamento da política educacional de cada município, de acordo com as demandas locais, aliando-se ao desenvolvimento do país, como pretendido pelo governo Lula da Silva.

As ações para educação especial apontadas no PAR dos municípios reforçam os indicadores apresentados pelo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que mostram que, em 2009, os dados do Censo Escolar revelavam que 14,6% das escolas do país tinham adaptação física para receber alunos com deficiência, e apenas 3,7% dos professores eram considerados qualificados para o atendimento desses alunos (BRASIL, 2011a). Esses indicadores mostram que ainda são grandes as carências das escolas para incluir e dar atendimento adequado aos alunos com deficiência, o que pressupõe, por um lado, a necessidade de investimentos para não comprometer o ideário e a proposição da política de inclusão e, por outro, remete à necessidade de se ter cautela ao adotar e analisar uma política de inclusão sem levar em consideração as reais demandas da escola pública e o contexto social, político e econômico que configuram a diversidade da realidade brasileira.

Ao que tudo indica, o fato de três desses municípios serem municípios-polo do “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, provavelmente tenha influenciado na provisão de ações para a educação especial no PAR, em busca de ajustar-se para atender a diversidade de seus alunos, conforme preconiza o documento oficial, de “transformação do sistema educacional para garantir o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem para todos os cidadãos” (BRASIL, 2004, p. 13).

Pode-se verificar que as ações da educação especial expressas nos PARs dos municípios pesquisados apresentam-se articuladas e integradas às políticas

educacionais e em consonância com os programas e plano de governo, no sentido de reduzir as desigualdades regionais na oferta de oportunidades educacionais em nosso país, em relação ao público-alvo da educação especial.

É importante ressaltar que os resultados aqui apresentados se constituem apenas em indícios de um processo de planejamento da política para a educação especial, que, em muitos aspectos, ainda precisam ser estudados.

Referências

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o Plano de Ações Articuladas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 135, p. 779-796, set/dez, 2008.

BRASIL. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=273&Itemid=345>. Acesso em: 10. maio. 2010.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. 2010. Disponível em: <www.ibge.br>. Acesso em: 09 jul. 2011

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*. 2007d. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/PAC.asp>>. Acesso em: 11 dez. 2010

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. *Documento Orientador*. Brasília: DF, 2005.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. *Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: projeto de lei. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2003.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2008-2011*: projeto de lei. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2007a.

_____. Presidência da República. *Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007b.

_____. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas* Brasília: MEC, 2007c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Educação inclusiva: a fundamentação filosófica*. Organizado por Salete Fábio Aranha. Brasília, 2004. v. 1.

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação. *Orientações gerais para a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos municípios*. 2009. (Versão revisada e ampliada). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5695&Itemid=>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2008.

_____. *Políticas Sociais*. Acompanhamento e análise n. 19, 2011a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf>. Acesso em: 23 mar.2011

_____. Presidência da República. *Decreto n. 7.480, de 16/5/2011*, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7480.htm>. Acesso em: 20 maio 2011.

BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. dos (Orgs.). *Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise*. 1. ed. Araraquara/Brasília: Junqueira & Marin/CAPES-PROESP, 2008. v. 1.

CORUMBÀ (município). *Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC. SIMEC/MEC*. Relatório Público do Município de Corumbá-MS. Síntese do PAR, 2007. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2010.

COXIM (município). *Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC. SIMEC/MEC*. Relatório Público do Município de Coxim-MS. Síntese do PAR, 2007. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2010.

CURY, C. R. J. Impactos sobre as dimensões de acesso e qualidade. In: M. Graciano (Coord.). *O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. São Paulo: Ação Educativa, 2007. p. 14-15. (Em Questão, v. 4).

DOURADOS (município). *Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC. SIMEC/MEC*. Relatório Público do Município de Dourados-MS. Síntese do PAR, 2007. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2010.

KASSAR, M. K. M. *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional*, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

MENDES, E. G. *Inclusão marco zero: começando pelas creches*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

OLIVEIRA, R. P. Qualidade com garantia de respeito às diversidades e necessidades de aprendizagem. In: M. Graciano (Coord.). *O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. São Paulo: Ação Educativa, 2007. p. 32-34. (Em Questão, v. 4).

OLIVEIRA, R. T. C.; SCAFF, E. A. S. *Gestão das Políticas Educacionais e seus mecanismos de centralização de descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas*. Relatório Técnico final da pesquisa realizada em municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2012

OLIVEIRA, R. T. C.; SENNA, E. O Plano de Ações Articuladas no contexto do PDE: A Dimensão Gestão Educacional no PAR dos Municípios Sul-Mato-Grossenses. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25.; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. JUBILEU DE OURO DA ANPAE (1961-2011), 2., São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPAE, 2011. p. 1-15.

PONTA PORÃ (município). *Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC. SIMEC/MEC*. Relatório Público do Município de Ponta Porã-MS. Síntese do PAR, 2007. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2010.

SAVIANI, D. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

_____. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007..

Recebido em agosto de 2012

Aprovado para publicação em outubro de 2012